



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO

AGENTE DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

SUPERIOR

PROVA

01

Lembre-se de marcar o
número acima na folha
de respostas!



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **oitenta questões objetivas e uma questão discursiva**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno, na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ **Após o início da prova**, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário depois de decorridos 30 minutos e, somente após decorridos 90 minutos, poderá deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas nesse momento.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 3h45min após o início da prova.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

EXERCITAR A MENTE ATIVA É O CAMINHO PARA MANTÊ-LA SAUDÁVEL

Por Claudio Lottenberg, 31 ago 2022, 15h53

As primeiras transmissões de TV começaram ao longo da década de 1930. Neste quase um século decorrido desde então, a televisão se tornou objeto de discussões, estudos e análises sob diversos ângulos – do efeito que teria sobre a moral das populações e seu uso político às mudanças estéticas que provocaria. Com o computador deu-se o mesmo – e, numa era digital como a que vivemos, ele tem uma importância e um efeito inegáveis nas vidas de todos. Um estudo recente mostrou também que ambos têm efeitos sobre a saúde – e tais efeitos são opostos.

Pesquisadores da USC (Universidade do Sul da Califórnia) publicaram na revista científica *Proceedings of the National Academy of Sciences* um estudo que mostrou que assistir TV por longos períodos após os 60 anos foi associado a um risco maior de desenvolver demência. Ler e usar um computador, por outro lado, foram apontados como uma forma de se proteger contra a doença. O estudo aponta que as três atividades envolvem ficar sentado por horas. No caso das duas últimas, no entanto, a estimulação intelectual proporcionada é relativamente maior – o que de certa forma neutralizaria o efeito negativo de uma redução no fluxo sanguíneo no cérebro devido à posição.

As conclusões a que chegaram os pesquisadores ajudam a desfazer um pouco a ideia mais difundida que ter um cérebro saudável seria resultado de ter uma vida menos sedentária – ou seja, mais ocupada com exercícios físicos. De fato, sedentarismo não faz bem algum, seja para os músculos, seja para o cérebro, ou para qualquer parte do corpo. Mas isso não conta toda a história.

Manter a mente ativa, com estímulos intelectuais, é de enorme importância. O desenvolvimento da demência, é preciso lembrar, envolve vários riscos – diabetes, hipertensão arterial, obesidade e doenças cardiovasculares são apenas alguns exemplos. Mas a leitura ajuda a firmar conexões neuronais nas regiões do cérebro que registram nossas memórias. Uso de computadores, como mostrou o estudo, também proporciona estímulo intelectual.

Na era digital em que vivemos, aprender será algo que faremos em boa parte do tempo, independentemente da idade. Fazer uso dos recursos que a conectividade com o conhecimento nos traz, como se vê, pode nos ajudar a manter a mente saudável. A diversão televisiva, claro, tem seu espaço – mas, como em tudo, a moderação só faz bem.

Adaptado de: <https://veja.abril.com.br/coluna/coluna-claudio-lottenberg/exercitar-a-mente-ativa-e-o-caminho-para-mante-la-saudavel/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

1

Sobre o excerto “Um estudo recente mostrou também que ambos têm efeitos sobre a saúde – e tais efeitos são opostos.”, assinale a alternativa correta.

- (A) A anteposição do adjetivo “recente” ao substantivo “estudo” causaria uma mudança de significado ao excerto.
- (B) O item “que” é um pronome relativo que se refere ao substantivo “ambos”.
- (C) O item “têm” apresenta o mesmo sentido e a mesma classificação morfológica que em “Ambos têm apresentado efeitos sobre a saúde”.
- (D) A substituição de “Um estudo recente mostrou” por “Recentemente um estudo mostrou” faria com que o leitor tivesse dificuldades em compreender quando o estudo foi realizado.
- (E) O travessão poderia ser substituído por ponto final sem que isso anulasse o efeito de destaque dado à parte final do enunciado.

2

Assinale a alternativa em que a única colocação pronominal permitida é a anteposição ao verbo.

- (A) “Exercitar a mente ativa é o caminho para mantê-la saudável”.
- (B) “[...] pode nos ajudar a manter a mente saudável.”.
- (C) “[...] a televisão se tornou objeto de discussões [...]”.
- (D) “Fazer uso dos recursos que a conectividade com o conhecimento nos traz [...]”.
- (E) “Com o computador deu-se o mesmo [...]”.

3

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) a prática de exercícios físicos não garante um cérebro saudável.
- (B) o estímulo intelectual resultante da prática de leitura é maior do que o fornecido pelo uso de computadores.
- (C) a primeira transmissão de TV ocorreu em 1930.
- (D) a televisão, o computador e a leitura devem ser evitados, uma vez que o indivíduo permanece sentado por muito tempo, prejudicando sua saúde física.
- (E) segundo o estudo publicado na revista científica mencionada no texto, “[...] aprender será algo que faremos em boa parte do tempo [...]”.

4

Sobre o excerto “De fato, sedentarismo não faz bem algum, seja para os músculos, seja para o cérebro, ou para qualquer parte do corpo.”, assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens “seja ... seja” podem ser substituídos por “quer... quer” sem que isso prejudique a sintaxe ou a semântica do excerto.
- (B) A expressão “de fato” é semanticamente equivalente ao advérbio “fatalmente”.
- (C) O verbo “faz” é transitivo direto, apresentando como objeto a expressão “bem algum”.
- (D) A preposição “para” poderia ser substituída, na última ocorrência, por “à”, sem que isso gerasse prejuízo sintático ou semântico ao excerto.
- (E) A expressão “não faz bem algum” pode ser substituída por “não faz mal nenhum” sem que isso modifique o sentido do excerto.

5

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita gramatical e semanticamente adequada para o excerto “A diversão televisiva, claro, tem seu espaço – mas, como em tudo, a moderação só faz bem.”.

- (A) Apesar de a moderação só fazer bem a televisão que diverte claramente tem espaço.
- (B) As diversões da telinha tem claro seu espaço (mas a moderação faz bem a tudo).
- (C) É claro que há espaço para o divertimento promovido pela TV. No entanto, assim como em tudo, faz bem o comedimento.
- (D) A TV divertida obviamente tem teu espaço, porém, em tudo, a moderação não faz mal.
- (E) A comédia televisiva, tem espaço, lógico. Todavia, a temperança, como em tudo, faz somente bem.

6

Sobre a regência de alguns termos empregados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] redução no fluxo sanguíneo no cérebro devido à posição.”, o sinal indicativo de crase é facultativo, visto que a presença da preposição “a” não é exigida pelo termo “devido”.
- (B) Em “As conclusões a que chegaram os pesquisadores [...]”, a omissão da preposição “a” causaria prejuízo sintático ao excerto.
- (C) Em “[...] assistir TV por longos períodos [...]”, a ausência da preposição “a” após o verbo “assistir” causa um problema de compreensão para o leitor.
- (D) Em “[...] recursos que a conectividade com o conhecimento nos traz [...]”, o verbo “traz” é transitivo direto, não exigindo a presença de uma preposição.
- (E) Em “[...] assistir TV por longos períodos após os 60 anos foi associado a um risco [...]”, a preposição “a” não poderia ser substituída por “com” sem que isso causasse prejuízo sintático ao excerto.

7

Em “[...] ter um cérebro saudável seria resultado de ter uma vida menos sedentária – ou seja, mais ocupada com exercícios físicos.”, o termo destacado introduz uma

- (A) pergunta indireta.
- (B) negação.
- (C) consequência.
- (D) paráfrase.
- (E) concessão.

8

Sobre a concordância nominal no excerto “[...] ele tem uma importância e um efeito inegáveis [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o adjetivo estivesse anteposto aos substantivos, ele se flexionaria no singular e no masculino, por ser esta a forma gramatical neutra.
- (B) Se o adjetivo estivesse anteposto aos substantivos, ele se manteria no plural, por concordar com “importância” e com “efeito”.
- (C) Por se referir a dois substantivos, o adjetivo não poderia estar flexionado no singular.
- (D) O adjetivo poderia estar flexionado no singular, concordando apenas com o substantivo feminino.
- (E) O adjetivo poderia estar flexionado no singular, concordando apenas com o substantivo mais próximo.

9

Assinale a alternativa em que as vírgulas separam termos coordenados em uma enumeração.

- (A) “A diversão televisiva, claro, tem seu espaço [...]”.
- (B) “[...] diabetes, hipertensão arterial, obesidade e doenças cardiovasculares são apenas alguns exemplos.”.
- (C) “No caso das duas últimas, no entanto, a estimulação intelectual [...]”.
- (D) “Ler e usar um computador, por outro lado, foram apontados [...]”.
- (E) “[...] e, numa era digital como a que vivemos, ele tem uma importância [...]”.

10

Sobre o emprego dos mecanismos de coesão no texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Em “No caso das duas últimas [...]”, no segundo parágrafo, a expressão destacada retoma as atividades de “ler e usar um computador”.
- (B) Em “Neste quase um século decorrido desde então [...]”, no primeiro parágrafo, o item destacado retoma a década de 1930.
- (C) Em “Mas isso não conta toda a história.”, no terceiro parágrafo, o pronome destacado retoma o termo “exercícios físicos”.
- (D) No título do texto, o pronome átomo se refere ao termo “mente”.
- (E) Em “[...] as três atividades envolvem ficar sentado por horas.”, no segundo parágrafo, a expressão destacada se refere a “assistir TV”, “ler” e “usar um computador”.

Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás

11

O Brasil é um país de proporções continentais, portanto possui climas, vegetações e relevos distintos, sendo possível encontrar seis biomas diferentes como principais. Assinale a alternativa correta quanto ao bioma que engloba grande parte do território do Estado de Goiás.

- (A) Caatinga.
- (B) Cerrado.
- (C) Pampa.
- (D) Mata Atlântica.
- (E) Pantanal.

12

A capitania de Goiás foi criada pela Coroa de Portugal na metade do século XVIII, um relativo tempo depois das primeiras capitanias. Assinale a alternativa correta quanto aos principais motivos que levaram à criação da capitania de Goiás.

- (A) O fator preponderante para que a coroa portuguesa criasse a capitania de Goiás refere-se à busca por novas áreas para a produção de charque.
- (B) A criação da capitania de Goiás teve como principal intuito controlar o acesso às minas de ouro, assim como a sua tributação, e manter uma relativa ordem e integração da região com os demais territórios.
- (C) Os motivos para a criação dessa capitania era proteger o território contra a invasão espanhola e arrecadar de forma mais efetiva sobre a produção de açúcar na região.
- (D) Tal capitania foi criada com o principal objetivo de implantar, naquela região, cidades de aspectos mais modernos que as demais que existiam até então no território brasileiro.
- (E) Com a criação da capitania de Goiás, Portugal esperava ter melhor acesso às minas de ouro da região e também estimular e promover a produção de trigo na região.

13

A atual capital do Estado de Goiás é Goiânia, fundada na década de 1930, tendo como um dos objetivos modernizar e dinamizar a região. A capital do estado anterior à Goiânia foi

- (A) Catalão.
- (B) Aparecida de Goiânia.
- (C) Vila Boa (atual cidade de Goiás).
- (D) Anápolis.
- (E) Rio Verde.

14

Ainda que a agricultura e a pecuária sejam os carros-chefes da economia goiana, ao longo das últimas 4 décadas, o Estado tem ampliado suas produções industriais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das principais e mais fortes produções industriais do Estado de Goiás.

- (A) Alimentos e Bebidas.
- (B) Farmacêuticos.
- (C) Cosméticos.
- (D) Informática.
- (E) Metalurgia.

Raciocínio Lógico

15

Genésio é Agente de Polícia da 3ª Classe e, sobre uma das suas atribuições, foi feita a afirmação “Ninguém policiou zonas impróprias para menores hoje”. Sabendo que tal afirmação é falsa, pode-se concluir que

- (A) Genésio policiou zonas impróprias para menores hoje.
- (B) Genésio não policiou zonas impróprias para menores hoje.
- (C) alguém irá policiar as zonas impróprias para menores amanhã.
- (D) ninguém policiou as zonas impróprias para menores ontem.
- (E) alguém policiou as zonas impróprias para menores hoje.

16

Se João prender infratores em flagrante ou se João efetuar a prisão do infrator por meio de um mandado da autoridade competente, então deverá conduzir a pessoa à presença da Autoridade de Polícia Judiciária. Além disso, se a pessoa for conduzida à presença da Autoridade de Polícia Judiciária, então deverá prestar esclarecimentos sobre fatos delituosos. Sabe-se que Paulo não foi conduzido à presença da Autoridade de Polícia Judiciária. Dessa forma, considerada a estrutura lógica e as proposições envolvidas, pode-se concluir que

- (A) João prendeu Paulo em flagrante.
- (B) João efetuou a prisão de Paulo por meio de um mandado da autoridade competente.
- (C) Paulo não foi preso em flagrante por João.
- (D) Paulo deverá prestar esclarecimentos sobre fatos delituosos.
- (E) Paulo não deverá prestar esclarecimentos sobre fatos delituosos.

17

Todos os anagramas da palavra AGENTE e todos os anagramas da palavra POLICIA (sem acento) foram embaralhados e escritos em uma mesma lista. Ao escolhermos um desses anagramas, aleatoriamente, a probabilidade de ser um anagrama da palavra AGENTE está entre

- (A) 0% e 20%.
- (B) 21% e 40%.
- (C) 41% e 60%.
- (D) 61% e 80%.
- (E) 81% e 100%.

18

Para um exercício de tiros, certo Agente de Polícia estabeleceu que faria sequências de 21 disparos antes de verificar seus acertos. Entretanto, diante do quantitativo inicial Q de munições disponíveis, decidiu que, após a primeira sequência de 21 disparos, sempre dispararia 3 tiros a menos que a sequência anterior até que, na última sequência, de exatamente 3 disparos, esgote-se a quantidade Q de munições. Caso se cumpra o que foi planejado, a quantidade inicial Q é igual a

- (A) 60.
- (B) 84.
- (C) 120.
- (D) 160.
- (E) 210.

19

Sabe-se que todo Agente de Polícia da 3ª Classe deve ter graduação completa em nível superior e que algum Agente de Polícia da 3ª Classe efetuará diligências a fim de prender criminosos, então, considerando o que foi dito, pode-se concluir que

- (A) há Agente de Polícia da 3ª Classe que não tem graduação completa em nível superior.
- (B) todo indivíduo com graduação completa em nível superior é Agente de Polícia da 3ª Classe.
- (C) todo Agente de Polícia da 3ª Classe efetuará diligências a fim de prender criminosos.
- (D) alguém com graduação completa em nível superior efetuará diligências a fim de prender criminosos.
- (E) todo criminoso preso por um Agente de Polícia da 3ª Classe tem graduação completa em nível superior.

Noções de Direito Administrativo

20

Em relação à Administração Indireta, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. **Autarquia.**
2. **Fundação pública.**
3. **Empresa pública.**
4. **Sociedade de economia mista.**

- () Petrobrás.
() INSS.
() Caixa Econômica Federal.
() FUNAI.

- (A) 2 – 3 – 4 – 1.
(B) 3 – 1 – 4 – 2.
(C) 3 – 2 – 1 – 4.
(D) 4 – 1 – 3 – 2.
(E) 4 – 2 – 1 – 3.

21

Após regular o processo administrativo, Tibério, servidor público aposentado há menos de dois anos, foi penalizado com a cassação de sua aposentadoria. Segundo consta dos autos do procedimento, a punição ocorreu porque Tibério, no último mês em que estava em atividade no serviço público, praticou infração grave, sujeita à penalidade de demissão. Com base no caso narrado e à luz dos poderes administrativos, é correto afirmar que a sanção aplicada decorre especificamente do

- (A) poder disciplinar.
(B) poder hierárquico.
(C) poder regulamentar.
(D) poder de polícia.
(E) abuso de poder.

22

Sobre o processo administrativo (Lei Estadual nº 13.800/2001), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado.
(B) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída.
(C) No julgamento dos recursos administrativos, é vedado à Administração agravar a situação do recorrente.
(D) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
(E) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

23

A Polícia Civil do Estado de Goiás, com fundamento na nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), instaurou procedimento administrativo para aquisição de equipamentos de informática, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O valor estimado para a compra dos bens é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), os quais serão utilizados pela corporação no cumprimento de suas atribuições constitucionais. Diante das informações narradas, é correto afirmar que a contratação em tela configura hipótese de

- (A) prévia licitação, na modalidade concorrência.
(B) prévia licitação, na modalidade pregão.
(C) prévia licitação, na modalidade tomada de preços.
(D) inexigibilidade de licitação.
(E) licitação dispensável.

24

Davi, policial civil do Estado de Goiás, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, disparou acidentalmente sua arma de fogo, causando a morte de um morador local. Nesse caso, sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada

- (A) em face da Polícia Civil do Estado de Goiás, com base na responsabilidade civil objetiva do Estado.
- (B) contra o Estado de Goiás, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa na conduta de Davi.
- (C) em face do Estado de Goiás, sendo assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (D) diretamente contra Davi, com base na teoria da responsabilidade civil subjetiva, tendo em vista que ele agiu culposamente.
- (E) diretamente contra Davi, com fundamento na teoria do risco administrativo, respondendo o agente objetivamente pelos danos causados.

25

Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (B) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (C) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (D) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- (E) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Noções de Direito Constitucional

26

Em razão do aumento da criminalidade no Estado de Goiás, foi aprovada lei estadual que prevê normas sobre direito penal e direito penitenciário. Nessa hipótese, à luz da repartição de competências definida pela Constituição Federal, é correto afirmar que a lei aprovada é

- (A) inconstitucional, pois viola competência privativa da União para legislar sobre direito penal e direito penitenciário.
- (B) inconstitucional, pois viola competência privativa dos Municípios para legislar sobre direito penal e direito penitenciário.
- (C) inconstitucional no que concerne às normas de direito penal, mas constitucional quanto aos preceitos de direito penitenciário.
- (D) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local.
- (E) constitucional, pois compete aos Estados legislar concorrentemente sobre direito penal e direito penitenciário.

27

Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (C) Entre outros, são privativos de brasileiro nato os cargos de Senador e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

28

Depois de intensos debates, a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado Beta aprovou a primeira Constituição do Estado. Nesse caso, é correto afirmar que a elaboração da Constituição dos Estados-Membros realiza-se pelo poder constituinte

- (A) derivado decorrente.
- (B) reformador.
- (C) originário.
- (D) revisor.
- (E) difuso.

29

Considere que determinada Constituição tenha sido imposta, unilateralmente, pelo atual governante (que não possui legitimidade popular), tratando sobre os mais diversos assuntos, inclusive de pormenores que deveriam constar em leis infraconstitucionais. Nesse cenário, de acordo com as características apresentadas, é correto afirmar que a referida Constituição pode ser classificada, respectivamente, como

- (A) promulgada e sintética.
- (B) dualista e costumeira.
- (C) preceitual e flexível.
- (D) cesarista e sumária.
- (E) outorgada e analítica.

30

No que diz respeito ao processo legislativo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

A Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta

- () do Presidente da República.
- () do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- () de um quinto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- () de iniciativa popular.

- (A) F – V – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – F – F – V.

31

Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senado Federal.
- (C) Câmara dos Deputados.
- (D) Tribunal de Contas da União.
- (E) Ministério Público Federal.

32

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- (B) Cabe ao Poder Judiciário, como função institucional, exercer o controle externo da atividade policial.
- (C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (D) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (E) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Noções de Direito Penal

33

Vagner é agente da Polícia Civil de Goiás e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: determinado homem noticiado teria financiado uma mulher de 18 anos de idade, recém-completos, para que ela lhe fizesse favores sexuais. Vagner, em vez de diligenciar para apurar os fatos, opta por encaminhar o procedimento ao Delegado de Polícia, recomendando pedido de arquivamento. Segundo Vagner, o fato apurado NÃO constitui delito por violação ao

- (A) princípio da anterioridade.
- (B) princípio do *ne bis in idem*.
- (C) princípio da taxatividade.
- (D) princípio da legalidade.
- (E) princípio da razoabilidade.

34

Durante a leitura de autos de inquérito policial que apuram o cometimento de crime de violência psicológica contra a mulher, Patrícia, policial civil lotada na Delegacia de Goiânia-GO, decide por recomendar à delegada de polícia o indiciamento do sujeito investigado pelo fato cometido no ano de 2012. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) Patrícia está equivocada, pois o tipo penal apurado entrou em vigência após a ocorrência do fato.
- (B) Patrícia está correta, uma vez que o delito de violência doméstica é imprescritível.
- (C) Patrícia está equivocada, pois o tipo penal apurado está evidentemente prescrito.
- (D) Patrícia está correta, já que o delito de violência psicológica é crime permanente.
- (E) Patrícia precisa diligenciar para se cientificar se a vítima promove representação contra o noticiado, do contrário a punibilidade estará extinta por decadência.

35

Acerca das disposições penais válidas ao direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- (B) Os crimes hediondos são inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- (C) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) A ordem constitucional veda a adoção de penas cruéis e de morte, bem como a imprescritibilidade dos delitos.
- (E) Os crimes hediondos são insuscetíveis de indulto coletivo, graça ou anistia, mas são prescritíveis.

36

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- (B) O crime de extorsão consoma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- (C) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- (D) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- (E) O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a administração pública.

37

Maria Marta, endividada e reincidente no crime de furto, cometeu outro furto em uma loja de joias situada no centro comercial de Rio Verde, local onde fazia faxina por contratação temporária. Dias depois, a loja detectou o sumiço da referida joia e alertou a polícia local para que iniciasse a investigação. Temendo ser denunciada por crime de furto qualificado e a fim de reduzir os danos de sua conduta, Maria Marta poderá

- (A) enfrentar processo penal, para comprovar sua inocência diante da escusa absolutória, pois era faxineira do estabelecimento.
- (B) alegar crime impossível, pois praticou o furto enquanto estava sob território monitorado pelas vendedoras.
- (C) alegar crime culposo, uma vez que praticou o furto por imprudência.
- (D) defender seu ato como excludente de ilicitude, pois praticou o furto em estado de necessidade.
- (E) usar do arrependimento posterior, devolvendo o objeto furtado antes do recebimento da denúncia, para que obtenha direito à redução da pena de um a dois terços.

38

É considerado qualificado o homicídio

- (A) se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade.
- (B) se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- (C) se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou, por qualquer outro título, tiver autoridade sobre ela.
- (D) se o crime for praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- (E) se o crime for praticado contra menor de 14 (quatorze) anos.

39

Fátima é investigadora da Polícia Civil de Aparecida de Goiânia-GO e encarregada de apurar determinado fato de homicídio ocorrido na periferia da cidade. Segundo o relatado, um homem de meia-idade, atuante como agiota, matou uma mulher em razão do não pagamento de dívida vencida. Fátima recomenda então que a autoridade policial promova representação judicial pela prisão preventiva do agiota, por ter ele cometido crime hediondo, qual seja, feminicídio. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O delito é de feminicídio por envolver violência doméstica e familiar.
- (B) Fátima se equivoca, pois o fato não é delito contra a vida, mas contra o patrimônio, caracterizando-se latrocínio.
- (C) O crime de homicídio qualificado em função do gênero feminino está configurado na investigação promovida por Fátima em razão da discriminação à condição de mulher praticada pelo agiota.
- (D) O feminicídio não é considerado crime hediondo e, portanto, é incabível a representação pela prisão preventiva.
- (E) Fátima poderia ter classificado o fato como homicídio qualificado por motivo fútil ou torpe, mas não feminicídio, uma vez que a condição de gênero não motivou o ato do agiota.

40

Acerca das circunstâncias que envolvem o crime de furto e suas respectivas penas, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.
- (B) A pena é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, se o crime é cometido mediante concurso de três ou mais pessoas.
- (C) A pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração, mais o valor do próprio semovente a título de multa.
- (D) Aumenta-se a pena, de 2/3 (dois terços) ao dobro, se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.
- (E) A pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

41

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

_____ extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou _____.

- (A) O perdão judicial / políticos
- (B) A anistia / pecuniários
- (C) O indulto / extrapenais
- (D) O indulto / processuais
- (E) A prescrição / cíveis

42

Soraya é policial civil vinculada à Delegacia da Mulher de Luziânia-GO e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: a reclamante alega que estava dentro do ônibus-lotação, quando um homem passou por ela, ao se dirigir para a porta de saída, e, no percurso, apalpou seus seios de forma não consentida e empregou fuga logo em seguida. As câmeras do ônibus flagraram a cena, e o vídeo foi anexado ao procedimento. Nesse teor, Soraya deve classificar o fato como crime de

- (A) assédio sexual.
- (B) estupro simples.
- (C) violação sexual mediante fraude.
- (D) importunação sexual.
- (E) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

43

São tipos penais contra a administração pública, EXCETO

- (A) modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- (B) falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- (C) devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- (D) admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- (E) apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

Noções de Direito Processual Penal

44

Jackson é agente da Polícia Civil de Goiás lotado no Município de Anápolis. Em um dia de serviço, Jackson recebe autos de inquérito policial para análise e nota que a apreensão de substâncias entorpecentes feita por dois policiais militares se deu em período noturno, após acessarem uma residência privada, quando notaram o proprietário entrando rapidamente pelo portão. Na busca no local, os milicianos encontraram meio quilo de cocaína e prenderam em flagrante o investigado. Considerando a situação fática relatada, Jackson entende que o procedimento investigativo é nulo por ferir o princípio

- (A) do juiz natural.
- (B) da inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente.
- (C) do devido processo legal.
- (D) do duplo grau de jurisdição.
- (E) da presunção de inocência.

45

Das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, assinale aquela que integra os direitos e garantias individuais.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano.
- (B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- (D) O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- (E) A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

46

Assinale a alternativa que reproduz o enunciado de súmula vinculante de matéria processual penal.

- (A) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (B) A extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do DI. 201/67.
- (C) Não se admite anulação de Júri Popular para se alegar a continuidade delitiva nos crimes contra a vida.
- (D) No crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada.
- (E) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

47

Gumercindo é policial civil lotado na Delegacia de Polícia de Itumbiara-GO. Em determinado dia da semana, ele agenda o reconhecimento de pessoa presa na cadeia pública local e intima a vítima para participar do ato. Quando a vítima chega à Delegacia, Gumercindo mostra a ela uma série de fotografias de pessoas presas na instituição e solicita que ela aponte o provável autor do delito, caso o reconheça em uma das fotografias. Após o ato, Gumercindo recomenda o indiciamento da pessoa apontada pela vítima, e o investigado torna-se réu em processo penal. Nesse contexto, em resposta à acusação, o advogado do réu poderá alegar

- (A) nulidade em decorrência de decisão carente de fundamentação dos indícios de autoria e materialidade.
- (B) inépcia da denúncia, por não haver prova suficiente da materialidade do acusado.
- (C) nulidade por omissão de formalidade e consequente ausência de indício de autoria, uma vez que o reconhecimento praticado não obedeceu às formas prescritas na lei.
- (D) inépcia do relatório policial por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.
- (E) ausência de justa causa para a persecução, por não ter sido o reconhecimento praticado na presença da autoridade judicial.

48

Acerca da competência judiciária penal, assinale a alternativa correta conforme o entendimento dos tribunais superiores.

- (A) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- (B) A ação penal relativa ao crime de sonegação fiscal de tributos federais é de competência da justiça estadual do local onde houve o ato de supressão.
- (C) O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.
- (D) Compete ao juiz federal do local da destinação da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.
- (E) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

49

Juliana é agente da Polícia Civil e, apesar de exercer honestamente seus encargos, foi processada por crime de abuso de autoridade. A ação foi distribuída no fórum da comarca de Abadiânia-GO. Na investigação, ela teve seu aparelho de telefone celular pessoal apreendido como “medida de praxe” da investigação. Porém, como o delito a ela imputado era o de constranger pessoa a depor, sob ameaça de prisão, o advogado de Juliana entende que a apreensão do objeto não tem qualquer serventia ao processo penal. Assim, Juliana ajuíza pedido de restituição de coisas apreendidas, mas o juiz da causa indefere seu requerimento. Indignada, ela pretende recorrer da decisão. Assinale a alternativa que aponta o recurso correto para impugnar a decisão judicial que indeferiu o incidente de Juliana.

- (A) Recurso em sentido estrito.
- (B) Apelação.
- (C) Mandado de segurança.
- (D) Recurso inominado.
- (E) *Habeas corpus*.

50

Acerca da ação de ordem de *habeas corpus*, quando endereçado a órgãos judiciais colegiados em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A impetração do *habeas corpus* obstará o processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- (B) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.
- (C) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
- (D) Cabe *habeas corpus* ainda que extinta a pena privativa de liberdade.
- (E) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

51

Otávio é delegado de polícia em Catalão-GO e preside um inquérito policial por crime de homicídio qualificado. Após intimar diversas pessoas para que prestassem depoimento, Otávio resolveu indiciar Miguel como único autor do delito. Depois, ao redigir o relatório do inquérito para enviá-lo ao Ministério Público, Otávio decide intimar Miguel para realizar uma última acareação com outra pessoa, a fim de ter certeza da autoria do delito. Sobre esse procedimento, é correto afirmar que

- (A) Otávio está sendo prudente, uma vez que a decisão de indiciamento, seguida do relatório, serve de motivação para que o Ministério Público denuncie Miguel.
- (B) Otávio só pode acarear Miguel e outra pessoa mediante requerimento do Ministério Público.
- (C) Otávio não pode acarear Miguel, uma vez que, após o indiciamento, nenhum outro ato investigativo pode ser praticado de ofício ou a requerimento.
- (D) a acareação não se presta a elucidar a autoria do crime, mas circunstâncias que envolvem o fato típico, ilícito e culpável passíveis de agravá-lo.
- (E) Otávio pode acarear Miguel com outra pessoa, geralmente coacusado, testemunha ou ofendido, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

52

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- (B) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (C) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- (E) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

53

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Nos casos em que servidores vinculados às instituições de segurança pública dispostas na Constituição Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações de _____, o indiciado poderá constituir defensor.

- (A) dirimente de culpabilidade
- (B) excludente de ilicitude
- (C) ato jurídico perfeito
- (D) erro de tipo
- (E) erro de proibição

54

Sobre o regime de ação penal previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- (B) O acordo de não persecução penal é incabível se também for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- (C) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- (D) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.
- (E) Para aferição da pena máxima cominada ao delito digno de oferecimento de acordo de não persecução penal, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial

55

Assinale a alternativa que descreve corretamente um dos tipos penais classificados como crimes de tortura.

- (A) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação sexual ou ideológica.
- (B) Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, resultando em perda ou inutilização do membro, sentido ou função.
- (C) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda.
- (D) Submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- (E) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

56

Pietro é promotor de justiça substituto em Goianésia-GO e, durante a jornada, recebe relatório policial em que narra fato envolvendo sujeito preso em flagrante portando consigo meio quilo de maconha. Pietro fica em dúvida se poderia oferecer acordo de não persecução penal ao sujeito aprisionado por tratar-se de crime envolvido por circunstância privilegiadora que diminui a pena aplicável. Diante disso, considera-se privilegiado o tráfico de entorpecentes

- (A) desde que o agente seja não reincidente específico, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre associação criminosa.
- (B) desde que o agente, para seu consumo pessoal, semeie, cultive ou colha plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.
- (C) desde que o agente colabore voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime.
- (D) desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- (E) desde que o agente seja primário, possua atividade lícita e não se dedique às atividades criminosas nem integre associação criminosa.

57

Débora é policial civil lotada na Delegacia de Goiânia-GO e recebe um Boletim de Ocorrência que narra a imperícia praticada por uma esteticista. Segundo o documento, a esteticista causou queimaduras de segundo grau na pele de uma cliente ao depilá-la com um método inovador, mas exagerou na potência do aparelho utilizado. As lesões restaram periciadas em laudo do Instituto Médico Legal. Ao analisar o caso, Débora deverá classificar o fato como

- (A) lesão corporal culposa, de competência da Vara de Violência Doméstica mediante representação da ofendida.
- (B) lesão corporal culposa, de competência dos Juizados Especiais Criminais mediante representação da ofendida.
- (C) lesão corporal grave, de competência dos Juizados Especiais Criminais, independente de representação da ofendida.
- (D) lesão corporal culposa, de competência da Vara Criminal comum, independente de representação da ofendida.
- (E) lesão corporal simples, de competência da Vara criminal comum mediante representação da ofendida.

58

De acordo com a Lei Anticrime (Lei Federal nº 13.964/2019), são crimes hediondos, dentre outros, os seguintes:

- (A) epidemia com resultado morte e corrupção ativa.
- (B) extorsão mediante sequestro e lesão corporal dolosa de natureza gravíssima.
- (C) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.
- (D) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum e associação criminosa.
- (E) genocídio e homicídio simples.

59

Jaqueline é diretora do complexo penitenciário de Goiânia, local onde se reúnem penitenciárias e colônias penais industriais. Coordenando o preenchimento das vagas, Jaqueline constata que uma apenada executada em regime fechado já está apta a progredir de pena, mas a colônia penal feminina está superlotada e, por isso, decide manter a apenada em regime fechado, até que a vaga na colônia seja liberada. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta conforme orientação jurisprudencial.

- (A) A falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, computando-se em dobro o tempo de condenação havido nesse regime, conforme os parâmetros fixados na Súmula Vinculante nº 45.
- (B) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se promover a progressão penal *per saltum* do executado, conforme os parâmetros fixados na Lei de Execução Penal.
- (C) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se conceder ao apenado prejudicado a antecipação do livramento condicional.
- (D) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.
- (E) A falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, descontando-se naquele o tempo de condenação havido nesse regime, conforme os parâmetros fixados na Súmula Vinculante nº 45.

60

Jackson é delegado de polícia lotado em Rio Verde-GO e preside um inquérito policial sigiloso envolvendo um ex-prefeito do Município, acusado de coordenar uma rede de exploração sexual de adolescentes. Jackson, porém, tem seu aparelho tablet furtado. O microcomputador continha informações sigilosas sobre o procedimento, e o vazamento de dados acaba por frustrar uma operação que seria realizada contra o investigado, que se livra do flagrante por ter se antecipado à diligência extravasada. Por causa do acontecido, o Ministério Público ajuíza ação de improbidade contra Jackson, acusando-o de revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deveria permanecer em segredo, propiciando benefício por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado. Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) Jackson cometeu improbidade, mas a acusação deveria ser de revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (B) Jackson não cometeu improbidade, pois sua conduta desatenciosa, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (C) Jackson cometeu improbidade na modalidade dolo eventual, pois deveria se atentar às circunstâncias que envolviam portar consigo objeto que possuía dados relevantes à Administração da Justiça.
- (D) Jackson não cometeu improbidade, pois sua conduta desatenciosa, sem comprovação de prejuízo orçamentário ao erário, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (E) Jackson deverá ser condenado à perda da função pública e multa civil de até 36 (trinta e seis) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

61

É crime contra a ordem tributária, econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990)

- (A) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (B) induzir ou manter em erro, sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente à operação ou situação financeira, sonogando-lhe informação ou prestando-a falsamente.
- (C) sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, a assembleia-geral de credores, o Comitê ou o administrador judicial.
- (D) fraudar a fiscalização ou o investidor, inserindo ou fazendo inserir, em documento comprobatório de investimento em títulos ou valores mobiliários, declaração falsa ou diversa da que dele deveria constar.
- (E) empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.

62

Sobre a legislação que criou mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 13.344/2022 - Lei Henry Borel), assinale a alternativa correta.

- (A) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- (B) O noticiante ou denunciante não poderá condicionar a revelação de informações de que tenha conhecimento à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar sua integridade física e psicológica.
- (C) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado.
- (D) Quando entender necessário, o juiz competente, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial, do Conselho Tutelar ou por solicitação do órgão deliberativo, vedada atuação de ofício, concederá as medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas à eficácia da proteção do noticiante ou denunciante.
- (E) Constitui contravenção penal descumprir decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista na Lei Henry Borel.

63

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de _____, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial.

- (A) confidencialidade
- (B) legalidade
- (C) oficialização
- (D) legitimidade
- (E) judicialização

64

Em relação à Lei de Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869/2019), que prescreve crimes funcionais e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- (B) As condutas descritas na Lei de Abuso de Autoridade constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- (C) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (D) Constitui crime, com pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei.
- (E) São efeitos da condenação a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos.

65

São tipos penais que constituem crimes contra as relações de consumo previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), EXCETO

- (A) omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade.
- (B) deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.
- (C) utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.
- (D) empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária.
- (E) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.

Noções de Criminalística

66

Marcelo, agente da polícia civil de Goianésia-GO, está manuseando autos de inquérito policial que investigam sonegação fiscal de um empresário local, quando se depara com a juntada da fotocópia de documento particular, qual seja, um contrato de compra e venda de um terreno, acostado nos autos como prova da celebração de um negócio lícito pelo empresário. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A fotocópia anexada nos autos é suficiente para provar aquilo que o empresário pretendeu, isto é, a licitude do negócio pactuado e sua total inocência no procedimento depurador.
- (B) Para se certificar da veracidade do documento, Marcelo deverá intimar o empresário para que apresente o documento original para proceder a sua conferência e certificá-la nos autos.
- (C) A fotocópia tem presunção *juris et de juris* de veracidade.
- (D) Para se certificar da veracidade do documento, o único caminho a ser perseguido por Marcelo é o de periciar a assinatura do empresário, intimando-o a proceder à perícia grafotécnica.
- (E) O documento acostado nos autos não tem qualquer valor investigativo e, portanto, deve ser extraído dos autos de ofício.

67

Apurando um eventual crime de estelionato na tomada de crédito por meio do ilusionismo contra pessoa idosa, após lavratura de boletim de ocorrência feito pela própria vítima, o policial civil Josimar investiga se a assinatura constante no contrato de crédito é da pessoa idosa ou se foi redigida cópia por terceiro estelionatário. Se a assinatura foi forjada, mais crimes poderiam ser imputados ao agente. Nesse caso, Josimar deverá

- (A) determinar busca e apreensão na residência da pessoa idosa lesada para que sejam apreendidos documentos que contenham sua assinatura a fim de conferi-la com a do contrato fraudulento.
- (B) intimar a pessoa idosa lesada para que seja colhido material genético a fim de compará-lo com as impressões digitais localizadas no contrato de crédito.
- (C) manter-se inerte, uma vez que cabe à pessoa idosa lesada comprovar que a assinatura constante no contrato de crédito foi forjada por terceiro, presumindo-se a veracidade do contrato até prova em contrário.
- (D) suspender qualquer diligência no sentido de apurar a eventual falsidade da assinatura, pois o objeto do delito apontado no boletim de ocorrência independe de prova documental.
- (E) intimar a pessoa idosa lesada para que compareça à Delegacia levando consigo documentos que contenham sua assinatura de próprio punho para conferência com o contrato fraudulento, ou, na ausência dos documentos, para que escreva aquilo que lhe for ditado, a fim de comparar os escritos, ou ainda que passe por perícia grafotécnica especializada.

68

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. Em caso de _____, a autoridade ou agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato poderá autorizar, independentemente de exame do local, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos nele envolvidos, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego. Para autorizar a remoção, a autoridade ou agente _____ policial _____ lavrará _____, nele consignado o fato, as testemunhas que o presenciaram e todas as demais circunstâncias necessárias ao esclarecimento da verdade.

- (A) acidente de trânsito / boletim de ocorrência
- (B) crime violento / auto de constatação
- (C) incêndio / boletim de ocorrência
- (D) acidente de trânsito / laudo
- (E) incêndio / auto de constatação

69

Sobre os locais do crime, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Local preservado é o nome dado quando os indícios foram preservados desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro.
- (B) Local referido é o nome dado quando duas áreas se associam ou se completam na configuração do delito.
- (C) Local contaminado é o nome dado quando houve adulteração por adição, subtração ou substituição de algum elemento incriminador, tornando o local inidôneo.
- (D) Local intermediário é o nome dado quando outra área se associa à área principal e é utilizada como *modus operandi* mediador entre os fatos delitivos.
- (E) Após a classificação do local quanto à área externa ou interna (localização urbana ou rural) e indícios, é feito um levantamento ou registro do local por meio de descrição, desenhos, fotografias e até cinegrafias.

70

Em relação à cadeia de custódia e às perícias criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) De acordo com a lei processual penal, a preservação do elemento de potencial probatório é de responsabilidade do mesmo agente público que primeiramente o reconheceu.
- (B) O perito oficial é a pessoa que detém a preferência para realizar a coleta dos vestígios localizados, sendo também sua função legal dar o encaminhamento necessário do conteúdo para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- (C) Chama-se “isolamento” o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.
- (D) Segundo a lei processual penal vigente no país, a cadeia de custódia pode se iniciar através de duas situações: com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (E) Chama-se “processamento” o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.

Noções de Medicina Legal

71

Três adolescentes foram assassinadas em menos de um mês no município de Aparecida de Goiânia. A Polícia Civil de Goiás segue na linha de investigação na hipótese de se tratar de um mesmo agressor. As vítimas apresentavam congestão da face e das conjuntivas, equimoses arredondadas, escoriações semilunares, apergaminhadas, com rastros escoriativos e em maior quantidade no lado esquerdo do pescoço. Tais lesões observadas corroboram o diagnóstico de

- (A) esganadura.
- (B) degolamento.
- (C) enforcamento.
- (D) esgorjamento.
- (E) estrangulamento.

72

Em uma briga de bar, Seu Antônio foi lesionado no braço esquerdo. Ao procurar a Delegacia de Trindade, a Polícia Civil de Goiás o encaminha ao IML para realizar o exame de corpo de delito. O laudo emitido pelo médico legista descreve a seguinte lesão: ferida linear com regularidade das bordas, ausência de vestígios traumáticos no seu entorno, hemorragia abundante, predominância do comprimento sobre a profundidade e presença de cauda de escoriação. Assinale a alternativa que representa um possível instrumento causador da agressão a Seu Antônio.

- (A) Navalha.
- (B) Picador de gelo.
- (C) Cabo de vassoura.
- (D) Espeto de churrasco.
- (E) Projétil de arma de fogo.

73

Assinale a alternativa que pode sugerir uma agressão sexual.

- (A) Um hímen septado.
- (B) Um entalhe himenal.
- (C) Um hímen imperfurado.
- (D) Uma equimose na mama.
- (E) Uma chanfradura himenal.

74

O efeito provocado pela exposição do corpo a uma carga de eletricidade artificial é denominado

- (A) insolação.
- (B) intermação.
- (C) fulguração.
- (D) fulminação.
- (E) eletroplessão.

75

As lesões corporais de natureza gravíssima estão presentes no parágrafo 2º do artigo 129 do Código Penal. Sua caracterização está no fato de a lesão resultar em

- (A) risco de vida.
- (B) perigo de vida.
- (C) debilidade permanente de membro.
- (D) incapacidade permanente para o trabalho.
- (E) incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias.

Noções de Legislação Estadual

76

Depois de um longo período de estudos, Eloá logrou êxito no concurso público para o cargo de agente da Polícia Civil do Estado de Goiás, estando classificada, ao final do certame, dentro do número de vagas previstas em edital. Diante do caso narrado e considerando as disposições da Lei Estadual nº 20.756/2020 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás), é correto afirmar que

- (A) a nomeação é a aceitação formal das atribuições, direitos, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, que ocorre com a assinatura do respectivo termo pelo servidor.
- (B) caso Eloá seja nomeada, mas não tome posse dentro do prazo assinalado em lei, ela deve ser exonerada do cargo.
- (C) é vedada a posse mediante procuração, ainda que com poderes específicos.
- (D) só há posse nos casos de provimento por nomeação.
- (E) é de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse.

77

Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 20.756/2020), preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O servidor público não aprovado no estágio probatório será _____ ou, se estável, _____ ao cargo anteriormente ocupado.

- (A) demitido / reconduzido
- (B) demitido / reintegrado
- (C) exonerado / reintegrado
- (D) exonerado / reconduzido
- (E) substituído / readaptado

78

De acordo com a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás, são princípios institucionais da Polícia Civil, EXCETO

- (A) a proteção dos direitos humanos.
- (B) a indelegabilidade das atribuições funcionais.
- (C) a resolução pacífica de conflitos.
- (D) o uso proporcional da força.
- (E) a divisibilidade da investigação policial.

79

No que diz respeito à Lei Estadual nº 18.456/2014, que dispõe sobre a prevenção e a punição de assédio moral no âmbito da Administração estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) As disposições dessa Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, os quais deverão instituir regulamentação própria.
- (B) Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.
- (C) A responsabilidade administrativa pela prática de assédio moral depende das responsabilidades cível e criminal pela mesma prática.
- (D) A pena de suspensão não excederá a 60 dias e será aplicada nos casos em que a conduta do agente ativo do assédio moral for considerada grave.
- (E) A pretensão punitiva administrativa em face do autor do assédio moral prescreve, em dois anos, para a pena de suspensão.

80

À luz do Decreto Estadual nº 9.837/2021 (Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração), as possíveis condutas que violem esse Código serão apuradas pela Câmara de Compliance do Conselho de Governo, de ofício ou em razão de denúncias, e poderão resultar em

- (A) censura ética ou recomendação sobre a conduta adequada.
- (B) advertência ou suspensão.
- (C) repreensão ou demissão.
- (D) advertência ou censura ética.
- (E) multa ou suspensão.

Instruções para Discursiva

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes em Edital:

1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.
2. Atendimento ao tema proposto na questão.
3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao Tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, **no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas** para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 40 (quarenta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Discursiva

1

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. Em relação ao tema, com base na citada lei, discorra, de forma fundamentada, sobre os seguintes tópicos:

- a) conceito de organização criminosa e o bem jurídico tutelado pelo respectivo tipo penal (art. 2º, caput);
- b) efeitos extrapenais previstos para a condenação transitada em julgado pelo crime de organização criminosa quando praticado por funcionário público;
- c) definição de ação controlada, esclarecendo sobre a necessidade ou não de autorização judicial; infiltração de agentes, abordando a legitimidade para o pedido e o prazo de duração da medida.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40
